

Dossiê

Psicanálise, infâncias e vulnerabilidades: as crianças nos espaços da cidade

Bruna Caixeta Alves Teixeira; João Luiz Leitão Paravidini; Anamaria Silva Neves

Resumo. Este artigo tem como objetivo traçar um panorama acerca dos lugares de vulnerabilidade que as crianças têm ocupado nos cenários da pólis e identificar possíveis modos de cuidados para com elas. Trata-se de uma reflexão teórica que problematiza a maneira como as dinâmicas sociais interferem na constituição subjetiva dos sujeitos. Foram retomados alguns conceitos fundamentais para Freud, como o desamparo e o mal-estar civilizatório, refletindo sobre como estes se presentificam na formação dos laços sociais na conjuntura contemporânea das infâncias. Cabe, ainda, enfatizar o processo de segregação e a desigualdade social que compõem a construção das cidades no Brasil, colocando em cena a situação das crianças nestes cenários. Finalmente, considerou-se as possibilidades de cuidado à infância, interessando à psicanálise o sujeito do inconsciente e a circulação da palavra.

Palavras-chave: psicanálise; vulnerabilidade; infância, cidade.

Psicoanálisis, niñeces y vulnerabilidades: los niños en los espacios de la ciudad

Resumen. Este artículo tiene como objetivo hacer un panorama acerca de los sitios de vulnerabilidad en los que los niños han ocupado en los escenarios de la polis e identificar posibles maneras de cuidarlas. Dice respecto a una reflexión teórica la que problematiza la manera como las dinámicas sociales interfieren en la constitución subjetiva de los sujetos. Han sido revistos algunos conceptos basales para Freud, como el desamparo y el malestar civilizacional, reflexionando sobre cómo estos se presentificaron en la formación de los lazos sociales en la coyuntura contemporánea de las niñeces. Cabe poner énfasis todavía en el proceso de segregación y en la desigualdad social constituyentes de la construcción de las ciudades en Brasil, dando enfoque la situación de los niños en esos escenarios. Por último, se consideró las posibilidades de cuidado a la niñez, lo que toca al psicoanálisis y a la difusión de la palabra.

Palabras clave: psicoanálisis; vulnerabilidad; niñez; ciudad.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: bruna.caixeta@hotmail.com

** Psicanalista. Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: paravidini@ufu.br

*** Psicanalista. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: anamaria.neves@ufu.br

Psychoanalysis, childhood and vulnerability: children in the spaces of cities

Abstract. This article aims at outlining places of vulnerability that children have been occupying in the polis scenery as well as to identify possible ways of attending children's needs. It is a theoretical reflection that approaches the different methods social dynamics interfere in the subjective constitution of subjects. Some central concepts for Freud were employed, such as helplessness and the discontent in civilization in order to analyze how they are present in the shaping of social bonds in the contemporary childhood conjuncture. It was also necessary to emphasize the process of segregation and social inequality manifested in the construction of cities in Brazil, placing a spotlight on the situation of the children living these environments. Finally, the possibilities of childhood care were considered with psychoanalysis being interested in the subject of the unconscious and the circulation of the word.

Keywords: psychoanalysis; vulnerability; childhood; city.

Psychanalyse, enfances et vulnérabilités: les enfants dans les espaces de la ville

Résumé. Cet article vise à donner un aperçu des places de vulnérabilité que les enfants ont occupés dans les scénarios de la polis à identifier les moyens possibles de les prendre en charge. Il s'agit d'une réflexion théorique qui problématise la manière dont les dynamiques sociales interfèrent dans la constitution subjective des individus. Quelques concepts fondamentaux ont été repris pour Freud, comme l'impuissance et le malaise de civilisation, en réfléchissant sur la façon dont ils se présentent dans la formation des liens sociaux dans le contexte contemporain de l'enfance. Il a également souligné le processus de ségrégation et l'inégalité sociale qui composent la construction des villes au Brésil, en mettant en évidence la situation des enfants dans ces scénarios. Enfin, les possibilités de prise en charge de l'enfance ont été envisagées, la psychanalyse s'intéressant au sujet de l'inconscient et de la circulation de la parole.

Mots-clés: psychanalyse; vulnérabilité; enfance; ville.

O cenário de escrita do artigo, consequência da pandemia da Covid-19, envolve o imperativo de manter o distanciamento social e a necessidade de permanecer em casa para evitar a contaminação e propagação da doença. Devido à crise sanitária, a mais proeminente em muito tempo, muitas famílias viram-se em situação de vulnerabilidade social: mais de 38 milhões de trabalhadores informais do país foram afetados, o que corresponde a 40% da população ocupada (Magri et al, 2020). Esse fato, sem dúvida, trouxe consequências nas relações intrafamiliares, suscitando sentimentos como de frustração, desgaste, cansaço, para além do forte receio de contaminação pelo novo coronavírus, assim como o medo da perda de entes queridos.

Trazendo um enfoque sobre as crianças, o panorama atual cotidiano para elas tem sido composto por diversas perdas: as escolas fecharam as portas, encerrou-se a visita aos avós e familiares, a brincadeira na rua com os amigos ficou restrita, muito mais ainda os passeios e atividades ao ar livre. Somando-se a isso, o medo e as incertezas diante das assustadoras notícias de contaminação e morte. O distanciamento social prolongou-se mais do que o esperado; e, ainda que alguns não se contaminem com o vírus, todos nós estamos, em dimensões diferentes, lidando com os efeitos radicais da pandemia na lida diária, inclusive e especialmente, as crianças (Katz, 2020).

Estar o tempo todo em casa não significa necessariamente proteção e segurança: os dados apontam que as crianças estão ainda mais suscetíveis a sofrerem violência psicológica, física e sexual durante o atual momento. Isso porque, em várias circunstâncias, as crianças compartilham do mesmo ambiente familiar com um membro da família que é quem já cometia agressão; e com a orientação de manterem-se em casa o tempo todo, essas ocorrências podem

agravar-se; e ainda, com esse grande estado de tensão generalizada, novas incidências de violências podem surgir (UNICEF, 2020).

Contraditoriamente, as denúncias de violência caíram durante a pandemia: em reportagem publicada no G1 SP, a estatística mostra que houve uma queda de 12% durante os meses de março a junho, em comparação com o mesmo período em 2019. O número de denúncias nesse período é o segundo menor desde 2011 (Vieira, Pinhoni e Matarazzo, 2020). Segundo a UNICEF, os registros acabam sendo subnotificados, já que a maioria vinha por intermédio das escolas e hospitais, instituições que lidavam constantemente com as crianças no dia a dia – isso torna a situação mais crítica ainda, sem um acompanhamento mais de perto sobre a realidade dessas crianças e, em decorrência, sem a instauração eficaz de medidas protetivas (Oliveira, 2020).

A pandemia tem sido democrática, atingido todo o mundo e todas as classes sociais com o risco de contaminação. No entanto, seus efeitos são sentidos e experienciados de diferentes formas pelas pessoas: depende do lugar em que se mora, de que condições socioeconômicas, de saúde e saneamento possui, de quais articulações e redes de cuidado participa. Podemos atestar que a situação de distanciamento social escancara e até potencializa situações de precariedade, de desproteção sociopolítica, e as vulnerabilidades tornam-se ainda mais proeminentes, como a das pessoas em situação de rua, dos moradores das favelas, das crianças que sofrem de violência, por exemplo. Também expõe as insuficiências dos serviços em lidar de maneira assertiva com a situação, de maneira geral. Como coloca Itamar Gonçalves, gerente da Childhood Brasil, em entrevista para uma matéria na *Veja Saúde*: “Devido à pandemia, visitas de apoio psicológico nas comunidades carentes foram interrompidas, e o Estado, que deveria prover direitos fundamentais como a alimentação, não está dando respostas efetivas” (Grinbergas, 2020).

A partir do cenário explanado e submetidos a essa experiência diante da pandemia, a proposta deste artigo é traçar um panorama sobre os lugares de vulnerabilidade que as crianças têm ocupado nos cenários da pólis e, de que maneira é possível articular, em psicanálise, um manejo de cuidado para com elas.

Este trabalho se inscreve numa reflexão teórica em que, ao pensarmos a relação entre psicanálise e cultura, faz-se importante considerar a maneira como as dinâmicas sociais interferem na constituição subjetiva e de que forma o acolhimento e os cuidados à infância vão sendo engendrados no espaço da cidade. Entendemos que problematizar questões relacionadas aos modos de funcionamento da clínica psicanalítica nas instituições aponta uma fecundidade de pesquisas e produz intervenções neste campo, suscitando os desafios da articulação entre a psicanálise e a pólis.

Desamparo, laço social e cidade

Há trabalhos e modos que sustentam um testemunho do discurso analítico perpassando os entremeios da cidade. Trata-se de uma posição intencional, que vai ao encontro daqueles sujeitos que, em outra circunstância, não teriam condições de envolver-se num trabalho cuidadoso pela psicanálise. Oferecer um campo de escuta psicanalítica que transpõe os limites do consultório particular traz questões, reflexões e inflexões sobre a práxis do analista nos mais variados contextos, considerando a dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, Estevão e Braga, 2017). Tendo como guia o compromisso social de pensar e atuar no mundo em que os

próprios analistas estão inseridos, a cidade é lugar que converge as subjetividades do mundo contemporâneo.

Freud, em *Totem e Tabu* (1913/2013), utiliza-se do mito para apontar o surgimento da vida em comunidade e do homem como ser de cultura. Na circunstância da eliminação do pai primevo pelo assassinato, de comum acordo entre os filhos rebeldes contra ele, posteriormente estes acabam sendo tomados pelo sentimento de culpa, o que os leva a estabelecerem um pacto, isto é, a lei da interdição do incesto e do assassinato. Assim, a primeira comunidade humana mítica é sustentada pelas interdições aos impulsos destrutivos; há a transmissão inconsciente de uma herança afetiva que é fundante no psiquismo, perpassando as gerações, desde os primórdios. É possível notar, então, a inter-relação entre indivíduo e sociedade, apontando para o que viria, depois, ser configurado como cidade, pólis.

Pensar sobre o sujeito implica, então, em compreender aquilo que o funda: o desamparo, conceito fundamental que perpassa toda a obra de Freud. A condição de desamparo e a vivência de satisfação advinda das primeiras experiências infantis são fundantes na constituição do psiquismo e também no paradigma das situações traumáticas. O corpo do bebê está enredado neste cenário de dependência, o que aponta, no desenvolvimento do sujeito, a necessidade de ser amado e desejado por outro, estando sempre em relação de contraface com a perda, a falta, a separação.

Uma das facetas para a condição de desamparo, no campo social, é o mal-estar civilizatório, como postulado por Freud (1930/1976). Esse elemento, porém, está sempre articulado ao momento histórico de uma época. Freud avança na sua proposição ao considerar que não há uma dicotomia entre o que seria da ordem do social e do psíquico. O sujeito é marcado pela história de seu tempo e, por isso, a psicanálise está consideravelmente interessada na relação dele com o mundo, na maneira como as mudanças sociais e as consequentes mutações nos laços afetivos vão compondo a constituição de cada um, dos grupos e das comunidades. Temos, então, um sujeito do inconsciente e portador de desejo – e, assim, colocamos que a existência desse sujeito só se dá a partir do desejo e da relação com o Outro¹ e seus próximos necessários.

Portanto, na perspectiva psicanalítica, os laços sociais têm seu fundamento na linguagem, que marca a entrada do homem na cultura e também diz respeito à constituição da civilização. A partir desse ponto, são laços discursivos, pois se presentificam nos modos de relação. São esses laços que configuram o sujeito simultaneamente na trama libidinal, afetiva, simbólica; também no jogo político, e assim, escrevendo a construção da história de cada um, que é inserida no campo discursivo de seu tempo.

Não há como pensar tudo o que envolve as produções humanas sem o laço social que é, ao mesmo tempo, fonte de vida e de suplício para cada um que vai se enredando nessa composição. O laço se apresenta como invenção para recobrir o desamparo, para fazer frente a ele. Ainda assim, trata-se de uma ilusão, pois não é possível encontrar no outro a ausência da falta – o outro também é fundado pelo desamparo, pela castração; e essa ilusão caminha lado a lado com a dimensão do mal-estar (Rosa, 2012).

Miriam Debieux (2002) faz emergir uma reflexão pertinente sobre as pessoas que, sob vários aspectos, estão submetidas ao desamparo social e discursivo num contexto de exclusão, contexto esse que abarca uma considerável e expressiva parte da sociedade brasileira.

1 O grande Outro, na conceituação lacaniana, configura-se como “lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo o que vai poder presentificar-se do sujeito” (Lacan, 1964/2008, p. 220). O sujeito se revela como um efeito do significante, por isso, há uma indissociabilidade entre o campo do sujeito e o campo do Outro. Só podemos situar o sujeito no campo da linguagem, necessariamente.

Desamparo social, porque diz respeito à impossibilidade de os sujeitos usufruírem de recursos institucionais que, em teoria, deveriam ser comuns a todos – saúde, educação, trabalho, moradia. Desamparo discursivo, porque as estruturas discursivas que sustentam o laço social são precárias, e os sujeitos estão continuamente expostos àquilo que, porventura, pode se configurar como traumático.

Quando falamos de crianças em desamparo social e discursivo, isto é, quando as estruturas discursivas se esfacelam, aquelas que amparam o sujeito e que sustentam o laço social, a condição de desamparo estrutural sobrepõe-se aos modos de vida desses sujeitos. Minerbo (2007) argumenta que esta fragilidade do simbólico faz operar duas formas de sofrer: a que provém da violência pulsional e que não pode contar com a malha simbólica – própria ao sujeito psíquico ou social – para dar-lhe algum sentido, e a que decorre da falta de sentido de ser. Esta última escancara o vazio estrutural que é condição de sujeito; revela o aspecto trágico da existência, produzindo uma forma de apagamento da subjetividade no processo de constituição psíquica e de desenvolvimento da vida, bem como nas composições sociais.

A dimensão inconsciente e a dimensão política estão diretamente ligadas, são “os dois lados correlativos de uma mesma lógica de agenciamento do funcionamento do sujeito no laço social” (Guerra e Martins, 2013, p. 93). As autoras utilizam a figura topológica da fita de Moebius² para sustentar a ideia de que mudanças em um plano conduziriam a mudanças no outro também. Nesse sentido, “intervir no campo político afeita o sujeito e intervir no plano inconsciente afeita o morador da pólis” (p. 93).

Como colocado por Machado e Grova (2008), “pensar a realidade social e buscar formas de incidir sobre ela é um ato político” (p. 16). Nessa direção, pensar a psicanálise a serviço da comunidade é um desafio – promover diálogos imersos nas diversidades, considerando a riqueza singular posta em cada realidade e maneiras de vida de cada sujeito. Uma prática clínico-política, então, propõe-se a considerar aspectos sociopolíticos nos quais o sujeito está inserido, como também da essência desses aspectos que acarretam sintomas na articulação subjetiva. Trata-se da possibilidade de ouvir o sujeito sem confundir “com o modo, muitas vezes degradado, no qual ele é apresentado no laço social”, que pode carregar preconceitos de gênero, classe, raça, cultura (Rosa, Estevão & Braga, 2017, p. 364). Ouvir o sujeito, então, é fazer frente ao silenciamento que o discurso capitalista e seu imperativo de gozo impõem ao sujeito, que os relega a uma posição de apagamento, de meros objetos a serem descartados.

Sustentar uma psicanálise implicada em seu fazer na esfera da clínica quer dizer que ela faz uma articulação da dimensão de laço social com a constituição subjetiva, o desejo e o gozo. É uma clínica do sujeito no laço social, compondo a possibilidade de teorizar o modo como tais sujeitos “são enredados pela maquinaria do poder” (Rosa, 2012, p. 2). Os desdobramentos sociopolíticos interferem e interessam tanto à teoria quanto à prática psicanalítica.

Por isso, num trabalho ético pela ótica da psicanálise, seu objetivo torna-se o aparecimento da criança como sujeito desejante, e a partir disso, que ela possa construir e contar sua própria história. Pensar como as variadas infâncias estão inseridas na cidade é fundamental para uma prática analítica implicada em seu fazer. É na cidade que a constituição psíquica é convergida, numa relação entre indivíduo, cultura e política.

2 Trata-se de um recurso simbólico denominado pela matemática como “objeto não orientável”, que ao contrário do que possa aparecer, possui apenas uma superfície: suas “faces” pertencem à mesma estrutura, não sendo possível diferenciar o que seria a parte de cima, a de baixo, o de fora e o de dentro.

Cidade, infância e vulnerabilidades

Farias (2017) discute algumas nuances da cidade moderna e como as crianças se inserem nesse contexto. Para milhares de crianças no Brasil, sua vida e experiências do dia-a-dia são marcadas pelo ambiente da cidade, e pensar a participação das crianças no cenário urbano tem a ver com as nuances paradoxais sobre direito, cidadania, público e privado, articulando com a maneira pela qual o Estado lida com a criança.

Todo sujeito pertence a uma determinada época, a um momento histórico e alocado num dado lugar. Esse lugar é social, simbólico, carregado de ideais culturais e discursos políticos. É também lugar identitário, relacional; os indivíduos se ligam aos lugares onde nasceram, onde moram, onde estudam, onde trabalham. Os estudos da Geografia da Infância se propõem a refletir sobre esses espaços, forjados por representações imaginárias, podendo ser simbolizados enquanto uma construção social. Esses espaços já estão postos desde o início da vida e vão dando contorno às múltiplas experiências de desenvolvimento biológico, relacional, emocional, psíquico (Santos e Cavaletti, 2017).

As composições espaciais, bem como suas paisagens, são moldadas pela ação humana, mas também moldam os indivíduos que nela se situam. Nesse sentido, a infância é atravessada pelas dimensões do espaço: este, num primeiro momento, indiferenciado; mas, quando é arranjado ao grupo social que ali se situa e articula produções de cultura, o espaço é tomado por uma noção de valor, e transforma-se em lugar (Lopes e Vasconcellos, 2006).

Então, quando falamos das infâncias, no plural, é importante enfatizar que cada criança vem de um determinado lugar, e como ela circula nesses lugares enuncia modos de constituição subjetiva. A experiência da infância é múltipla e depende de vários fatores que a circundam; a produção de uma infância está diretamente ligada à produção de um lugar, em algum dado lugar (Lopes e Vasconcellos, 2006). Por esse motivo, nos é tão caro, assim como à geografia da infância, a compreensão dos diferentes contextos em que a infância se insere e, ao mesmo tempo, como as crianças reconfiguram sentidos e se apropriam das dimensões sociais. Assim, é por essa razão que o presente artigo se ocupa em problematizar a situação das crianças pobres, em vulnerabilidade social no país, e de que maneira elas circulam pelos espaços da cidade.

Aspectos e diferenças marcadas na geografia são relevantes, mas não só: há a questão territorial (Katz, 2019). Dessa maneira, podemos usar a concepção de território sob um viés sociopolítico, que considera a demarcação de contextos situados no espaço, decorrentes da vida em sociedade. A noção de território traz junto consigo a formação das sociedades políticas, em que “os indivíduos se articulam por meio de relações reguladas e possui princípios mínimos de organização” (Gondim e Monken, 2008), organização essa que se viabiliza a partir do poder, elemento indissociável da concepção de território. Os autores discorrem sobre o conceito, entendendo o território como espaço delimitado por relações de poder. Ainda, apontam que a coexistência de várias relações de poder num mesmo espaço caracteriza o que chamam de territorialidade: esta resulta “das relações políticas, econômicas e culturais, e assume diferentes configurações, criando heterogeneidades espacial, paisagística e cultural (Gondim e Monken, 2008).

Na trajetória histórica brasileira, o crescente desenvolvimento do sistema capitalista tem estreita relação com um processo de urbanização acelerado, desigual e segregativo, o que escancara os problemas socioeconômicos da cidade (Siqueira, 2019). As cidades foram estruturadas numa grande concentração de riqueza em nichos limitados e pré-estabelecidos,

enquanto que a pobreza, consequente da assimetria nas relações sociais, ficou relegada à maioria da população.

Siqueira (2019) discute a problemática numa perspectiva histórico-sociológica articulando a pobreza urbana e os ideais de modernização como projeto nacional ao longo do século XX no país. A partir dos anos 1950, houve uma intensificação no desenvolvimento urbano-industrial, o que ditou um novo ritmo de crescimento às cidades. Na década de 1970, um processo contínuo de êxodo rural aumentou gradativamente, corroborando para a mudança no padrão demográfico do país, o que fez expandir os aglomerados urbanos (Siqueira, 2019). Acontece que, durante esse processo, as legislações formuladas e postas em prática nunca tiveram um caráter de amplitude social.

A desigualdade não foi considerada como um entrave à modernidade, pelo contrário, ela serviu à conjuntura estrutural: “O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão (...) onde não predominava nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política” (Garcia, 2003, p. 9). Nesse sentido, o não reconhecimento dessa desigualdade como problema grave minou possíveis discussões e reflexões sobre as dimensões múltiplas decorrente no processo, como as questões ambientais, institucionais, culturais, sociais, geopolíticas. O que aconteceu, então, foi um constante agravamento na precariedade de infraestrutura, de saneamento, do sistema de saúde, das condições de trabalho, da educação, aumentando os índices de exclusão social.

No Brasil, a infância passa a receber um olhar mais atento e a se inserir de maneira efetiva na agenda pública com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado a partir da lei nº 8.069, em 13 de julho de 1990. Passa a vigorar uma concepção ampliada de saúde como direito social e dever do Estado. O ECA, juntamente com a Política Nacional de Saúde da Criança e do Adolescente, prevê e regulamenta uma política de cuidado e proteção à infância e à adolescência, levando em consideração as características econômicas, culturais, de gênero, raça e religião (Gurski, 2012; Raposo, 2009).

Diante disso, “o Estatuto é considerado o instrumento para salvaguardar a vida e garantir o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes brasileiros” (Raposo, 2009, p. 119). A concepção de proteção integral que o documento prevê caminha na direção de um reconhecimento de que as vulnerabilidades da infância precisam ser cuidadas de maneira específica e garantida por lei, sustentando direitos fundamentais que promovam o desenvolvimento: o direito à vida e à saúde, ao respeito, à dignidade, à liberdade, à educação, à convivência comunitária e familiar, à cultura, esporte e lazer. A criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e seus dispositivos, como CRAS e CREAS, foram espalhados estrategicamente pelo país a fim de assegurar esses direitos.

Mesmo com tais garantias previstas em lei, é pertinente destacar que a efetividade das mesmas está longe de ser alcançada, especialmente se colocadas em cena as camadas menos favorecidas da população. Raposo (2009) aponta que, na conjuntura capitalista contemporânea em crise, há uma tensão constante entre direitos humanos e a violação dos mesmos. Nessa crise estrutural, as ações de proteção promovidas pelo Estado estão cada vez mais frágeis, principalmente na privatização dos serviços, e os programas integrados do Sistema Único de Saúde (SUS) acabam enfrentando dificuldades para cobrir a população que depende dos atendimentos.

Há uma crescente desresponsabilização do Estado, tornando o sistema precário. Logo, o panorama geral observado traz consigo marcas de violação de direitos, corroborando uma violência estrutural como uma das facetas da exclusão social. Esse processo de exclusão “não

tem uma única forma, não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema” (Sawaia, 1999, p. 9).

Farias (2017) ainda traz um panorama sobre a constituição das cidades, em que no centro, concentram-se as classes mais abastadas, e as classes economicamente menos favorecidas vão ficando relegadas às periferias. Sustenta que há uma segregação e uma especialização dos espaços; isto é, cada população é destinada a estar em lugares criados para ela, como a escola e os parques destinados às crianças, por exemplo, enquanto que a especialização refere-se aos espaços que são destinados ao comércio, às alas residenciais, industriais. Amparado por Bauman, o autor sustenta que essa segregação e especialização dos espaços faz com que a cidade deixe de ser um espaço de interação e convivência, tornando-se apenas um lugar de passagem, o que resulta em sujeitos que não se conectam com os espaços – que se tornam “não lugares”: “são aqueles que viabilizam a circulação, as compras e o consumo de maneira mais eficaz e deixam de valorizar as dimensões de comunicação, de identidade, da história e da relação com o outro” (p. 206).

Nesse contexto, as crianças tecem suas experiências de infância no entremeio de espaços cada vez mais segregativos, também. As crianças que ocupam esses espaços, não-lugares, distantes dos grandes centros urbanizados, trazem consigo histórias de vida marcadas por perdas; passaram por situações de miséria, abandono e violência. Crianças que ocupam, circulam e habitam em zonas marginalizadas da cidade, em moradias precárias, muitas vezes sem a existência de condições mínimas de saneamento, de energia (Dias, Chaves e Neto, 2017).

Em 2020, marca-se 30 anos de existência do ECA, e dentre os eventos comemorativos no país, no mês de julho ocorreu o Congresso Virtual promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. Segundo dados divulgados neste evento, em 2019 o Brasil apresentou mais de 69 milhões de crianças e adolescentes espalhados pelo país, dentre os quais muitos em situação de risco e vulnerabilidade:

Os indicadores apresentados pela Fundação Abrinq, no estudo Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, apontam que em 2018, 46% das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos estavam em condição domiciliar de baixa renda, além disso: 4,1% das crianças de 0 a 5 anos viviam em situação de desnutrição, e mais de 1,3 milhão de crianças e adolescentes estavam fora da escola. Foi destacado em 2018 as mortes de 9,8 mil de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade. Dentre esse número, chama atenção que quatro em cada cinco vítimas eram negras (Cavalcante et al, 2020).

Considerando a situação dos sujeitos expostos a essas vulnerabilidades, há uma escassez de recursos simbólicos e materiais para lidar com diversas situações a que estão continuamente expostos, dificultando a elaboração destas, por vezes traumáticas. Pensando na infância, a criança fica identificada a um lugar de resto que o discurso social impôs sobre ela, e a dimensão de desejo é silenciada (Rosa, 2002). A autora também coloca que, no discurso capitalista, a noção do semelhante é abolida, sendo que este foi transformado em puro objeto, passível de ser descartado.

Diante do exposto, faz-se necessário articular modos possíveis de tecitura de cuidado, sob o olhar e escuta psicanalíticos, nesse cenário de vulnerabilidades.

A psicanálise e possibilidades de cuidado à infância em vulnerabilidade

Freud comunica, em *Caminhos da Terapia Psicanalítica* (1919/2010), sua preocupação com a atuação da psicanálise junto a pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, e se, de alguma maneira, o tratamento analítico poderia oferecer cuidado a essa população. Nessa conferência, o autor enfatiza que o “saber” e o “poder fazer” psicanalítico estão sempre em constituição, sendo circunscritos à medida que problemáticas tornam-se questões a serem ponderadas. Naquela circunstância, o fim da Primeira Guerra Mundial lhe era contemporâneo, e Freud referia-se a uma terapêutica possível para os neuróticos de guerra e os pobres. Assim, pensando na atualidade das palavras proferidas pelo autor, o cuidado clínico psicanalítico vai além dos serviços propostos estritamente no modelo clássico de consultório.

Battistelli e Cruz (2016) entendem que se pode pensar o cuidado como estratégia de atendimento, construído na relação com o próprio sujeito que chega a um serviço público, por exemplo. Isso implica estar disponível para ouvir a história singular, suas marcações, a maneira como reage diante do contexto em que está inserido, acolhendo as demandas que possam surgir no trabalho. É um trabalho também construído nas relações estabelecidas com os outros profissionais que estão ali, articulados em rede; da relação com as políticas públicas, com a escola das crianças e com seus familiares, investindo e apostando numa convivência comunitária.

E como a psicanálise pode se inserir no contexto e nos espaços da cidade? Num primeiro momento, é pertinente dizer que a psicanálise é marginal, está situada numa “zona de fronteira”: seu lugar é paradoxal, os impasses em ocupar determinados espaços são também os que revelam as condições de sua possibilidade nestes: “Ao mesmo tempo externa às instituições estatais, que a toleram, e interna a cada disciplina que a leva em conta, ela se parece com um saber nômade, indefinível, subversivo, perturbador, sempre acampado na fronteira” (Roudinesco, 2005, p. 69).

O que interessa à psicanálise é o sujeito do inconsciente, constituído pelos restos, pelo que resiste “da operação de entrada na relação com o Outro e com a cultura, por meio da linguagem” (Rodrigues, 2016, p. 240). A respeito dessa dimensão, faz-se pertinente compreender que

o inconsciente é uma noção impensável fora do registro inter-humano, fora do campo da alteridade, fora de um laço entre o sujeito, como pólo, lócus de referência do inconsciente, e que o envolve, o circunda, mas que, nem por isso, pode ser tomado, neste processo, como um ambiente (familiar ou social) pleno de significações prontas, construídas, forjadas no forno psicossocial (Elia, 2005, p. 3).

Aonde há o tropeço, a falha, abre-se uma brecha para emergir algo de singular, possibilitando a construção de uma lógica do caso a caso, no cuidado com o sujeito. O analista, implicado em sua escuta, apreende que o que falta vai muito além daquilo que é da ordem material, do que os direitos preveem enquanto garantia, ainda que ressaltemos a radical importância das bases materiais e dos direitos da vida. No entanto, para o desamparo estruturante, como dito anteriormente, não há garantias. Não há um indivíduo bem sucedido, completo e apaziguado, ainda que se tenha todos os direitos assegurados. A psicanálise avança, então, podendo ouvir o sujeito, que se desvela por trás do usuário de um serviço público de saúde. A demanda primeira do sujeito é a de ser reconhecido no seu desejo, o que pode advir por meio da presença de um analista no serviço (Dias, Chaves e Neto, 2017).

Nesse sentido, reconhecer a singularidade das infâncias que acessam determinado serviço possibilita a abertura para novos sentidos e construções sobre o processo de desenvolvimento e de vida. Significa sustentar a possibilidade de um devir, de que algo novo possa se produzir na e pela relação de cuidado, podendo cunhar um campo descrito como potencial, acompanhando as variações afetivas que estão em jogo. Num processo de trabalho clínico comprometido com essa ética, há o favorecimento de uma apropriação criativa que as crianças podem fazer de si mesmas, compondo transformações acerca de sua própria história e reposicionando-as em relação ao mundo ao seu redor. Na construção de elaborações possíveis acerca do cenário pandêmico em que estamos vivendo, é preciso reconhecer, falar e ouvir sobre o enorme e horrível atravessamento que a Covid-19 causou na vida e no cotidiano das crianças.

O psicanalista pode investir na construção de dispositivos clínicos que façam a palavra circular, para que a criança possa se apropriar de um discurso que lhe é próprio enquanto sujeito. É fundamental sustentar que lhe seja franqueada a possibilidade: a psicanálise aposta que o sujeito se interroge sobre seu próprio desejo. Esse ato produz um corte nas identificações por categorias ontológicas que circulam nos discursos da cidade, como o morador de rua, a criança em miserabilidade, a pessoa vítima de violência... diminuindo o efeito destas identificações, algo do sujeito pode aparecer, isso é o que realmente interessa ao trabalho analítico (Altoé e Silva, 2013; Rodrigues, 2016).

O cuidado, então, surge enquanto condição ética, uma ética de cuidado em psicanálise. Construir um trabalho pautado sob essa ética implica considerar a criança como sujeito de desejo. Assim, trata-se de sustentar uma presença sensível, uma posição que dê ouvidos para as múltiplas afetações e, dessa forma, que a dimensão subjetiva não seja silenciada, podendo operar com a produção da diferença, e não da anulação desta (França & Rocha, 2015). Ao considerar as contingências de cada caso e cada sujeito em sua singularidade, a psicanálise caminha em direção contrária ao discurso capitalista contemporâneo, que se pauta em práticas universalizantes que rotulam, vitimizam e patologizam o sujeito, com um viés cientificista, nesta era da globalização. O cuidado implicado, então, proporciona criações de sentido para as vivências das crianças, inclusive sobre a circulação pelos não-lugares, como dito anteriormente, dando-lhes a oportunidade de exercer também sua cidadania:

Cidadania esta que se desdobra também na sensibilidade da escuta, da fala, das múltiplas expressões e da consideração e relevância do que as crianças colocam sobre aqueles assuntos referentes a suas vidas, inclusive a respeito das áreas urbanas. Para que a cidade seja um espaço realmente público e de todos, às crianças cabe o direito de vivenciar os cantos, ruas, calçadas, praças, parques e tantos outros espaços queiram (Farias, 2017, p. 214).

Considerações finais

Nesse conturbado cenário pandêmico que vivenciamos, como abordado na introdução do texto, revela-se a importância de uma política pública que compõe junto com a área da saúde o leque da proteção social no Brasil. Nesse sentido, há que se reforçar os investimentos contínuos nesse campo de políticas públicas e em seus profissionais, que trabalham no combate à pobreza, à falta de acesso aos serviços, bem como aos efeitos decorrentes da atual pandemia.

A psicanálise, presente nos mais variados contextos, instituições e espaços da cidade, pode pôr em questão o seu próprio desafio em lidar com as diferentes nuances da atualidade, com as questões territoriais, com a subjetividade desta época. Assim, este artigo teve como

direcionamento suscitar questões importantes na construção de uma escuta clínica e de uma ética do cuidado que esteja aberta, atenta às especificidades dos sujeitos em alguma situação de vulnerabilidade, trazendo alguns aspectos sobre o trabalho com a infância.

Um trabalho psicanalítico implicado tem em seu horizonte a subjetividade da sua época, e se consideramos, como Éric Laurent (2007), que a posição de um analista é a de um analista cidadão, sustentaremos que a psicanálise se sensibiliza com os mais diversos tipos de segregação numa sociedade democrática. O psicanalista, então, participa com seu discurso, com seu dizer e saber fazer, inclusive nos debates sobre a interferência das leis que regulam as práticas no campo da saúde, por exemplo. Ele contribui com sua intervenção que circula por entre os espaços da cidade e das instituições, com sua sustentação ética que está interessada no sujeito. Para trabalhar com as crianças que estão vivenciando processos dolorosos de pequenas e grandes perdas durante esta pandemia, é fundamental que o psicanalista sustente sua posição enquanto testemunha e, ainda, franqueie um lugar de possibilidades de invenção da vida.

A estratégia de uma prática psicanalítica em extensão, para além dos limites de um consultório clássico, não propõe soluções gerais para os sujeitos; cada analista há de sustentar um lugar próprio, pautado pelo método (esse sim, rigoroso em sua proposição). Ao passo que o sujeito precisa se interrogar sobre suas malharias, o analista precisa sustentar uma posição que tope a empreitada, isto é, que trabalhe com o seu desejo investido.

Seja o espaço público, a rua ou a instituição, torna-se um lugar autêntico que propicia um trabalho analítico inventivo para novas posições de sujeito no mundo. Como Holk (2007) coloca, não há fórmula para atingir o bem-estar – ainda assim, há que se tenha a política do bem dizer, que produz efeitos no mal-estar e proporciona desdobramentos outros na dinâmica de vida do sujeito e das relações em comunidade. “Bem dizer, bem diferente de dizer o bem, é dizer contando com o que falta, produzindo novos enlaces para si e com os outros” (p. 24).

Referências

- Altoé, S. & Silva; M. M. (2013). Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos da Clínica*, 18(1), 125-141. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v18i1p125-141>.
- Battistelli, B. M. & Cruz, L. R. (2016). Saúde Mental na Infância: cuidado e cotidiano nas políticas públicas. *Revista Polis e Psique*, 6(3), 187-205. doi: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.69780>
- Cavalcante, D. C.; Vilella, V. A. H.; Cardoso, W. V. S.; Campos, A. C.; Wernet, M. & Barba, P. C. S. D. (2020, 14 de agosto). *A violência contra a criança durante a pandemia*. InformaSUS-USFCar. Disponível em <https://www.informasus.ufscar.br/a-violencia-contr-a-crianca-durante-a-pandemia/>
- Dias, T. B. M.; Chaves, W. C. & Neto, F. K. (2017). Psicanálise e Assistência Social: O Sujeito entre a Demanda e o Desejo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(1), 238-258. doi: <https://doi.org/10.12957/epp.2017.34793>
- Farias, R. N. P. (2017). Dentro, fora, aqui e ali: a cidade como direito da criança. In: M. L. Nascimento & M. A. Gobbi (Orgs.). *Infâncias sul-americanas: crianças nas cidades, políticas e participação*. São Paulo: FEUSP. Recuperado de <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/infanciasok.pdf>

- França, R. M. P. & Rocha, Z. (2015). Por uma ética do cuidado na psicanálise da criança. *Psicologia USP*, 26(3), 414-422. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140045>
- Freud, S. (1976). O mal-estar na civilização. In: S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. (J. Salomão trad., Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010). Caminhos da terapia psicanalítica. In: S. Freud, *Obras Completas: História de uma neurose infantil: o homem dos lobos; Além do princípio do prazer e outros textos*. (P. C. De Souza, trad., Vol. 14). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2013). Totem e tabu. In: S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Totem e Tabu e outros trabalhos (1913-1914)*. (J. Salomão trad., Vol. 13). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Garcia, R. C. (2003). Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*. IPEA Brasília. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2906>
- Gondim, G. M. M. & Monken, M. (2008). Territorialização em saúde. In: Pereira, I. B. & Lima, J. C. F. (Orgs). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV. Recuperado de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25955>
- Grinbergas, D. (2020, 23 de junho). Pequenos confinados: como o isolamento impacta a saúde das crianças. *Veja Saúde*. Disponível em <https://saude.abril.com.br/familia/pequenos-confinados-como-o-isolamento-impacta-a-saude-das-criancas/>
- Guerra, A. M. C. & Martins, A. S. (2013). Psicanálise e política: contribuições metodológicas. *Revista Borromeo*, (4), 90-111. Recuperado de <https://www.veredaspsi.com.br/wp-content/uploads/2018/04/psicanalise-e-politica-contribuicoes-metodologicas.pdf>
- Gurski, R. (2012). O lugar simbólico da criança no Brasil: uma infância roubada?. *Educação em Revista*, 28(1), 61-78. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000100004>
- Holk, A. L. L. (2007). A psicanálise e a guerra: estratégia, tática e política. In O. M. R. Machado & T. Grova (Orgs.). *Psicanálise na Favela Projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos*. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré.
- Katz, I. (2019). Infâncias: uma questão para a psicanálise. In: L. T. L. S. Surjus & M. A. A. Moysés (Orgs.). *Saúde Mental Infanto-Juvenil: territórios, políticas e clínicas de resistência*. Santos: Unifesp/Abrasme. Recuperado de <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/pdfs/Saude%20Mental%20Infantojuvenil.pdf>
- Katz, I. (2020, 16 de março). O que vamos dizer às crianças sobre o novo coronavírus? *Projeto Lunetas*. Disponível em <https://lunetas.com.br/responsabilidade-coletiva-e-coronavirus/>
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M. D. Magno, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1964).
- Laurent, E. (2007). *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje*. (V. A. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Lopes, J. J. M. & Vasconcellos, M. (2006). Geografia da infância: territorialidades infantis. *Currículo sem Fronteiras*, 6 (1), 103-127. Recuperado de

<https://biblat.unam.mx/pt/revista/curriculo-sem-fronteiras/articulo/geografia-da-infancia-territorialidades-infantis>

- Machado, O. M. R. & Grova, T. (2008). Introdução. In O. M. R. Machado & T. Grova (Orgs.). *Psicanálise na Favela Projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos*. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré.
- Magri, G.; Silva, F. L.; Lotta, G.; Francisco, C.; Rosa, T. B.; Silveira, M. C. (2020). Quem cuida dos cuidadores? A assistência social em tempos de pandemia. *IFCH-UFRGS Notícias*. Porto Alegre, RS. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/quem-cuida-dos-cuidadores-a-assistencia-social-em-tempos-de-pandemia>
- Oliveira, T. M. R. (2020, 06 de novembro). A violência contra crianças em tempos de pandemia. *Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado-a-violencia-contra-criancas-em-tempo-de-pandemia/>
- Raposo, C. (2009). A política de atenção integral à saúde do adolescente e jovem: uma perspectiva de garantia de direito à saúde? *Revista Em Pauta*, 6(23), 117-138. doi: <https://doi.org/10.12957/rep.2009.450>
- Rodrigues, A. (2016). *A psicanálise e a política de assistência social brasileira: um diálogo possível?* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175921>
- Roudinesco, E. (2005). *O paciente, o terapeuta e o Estado*. (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura: Revista de Psicanálise*, 2(2), 42-46. Recuperado de <https://psicanalisespolitica.files.wordpress.com/2014/06/33-rosa-m-d-uma-escuta-psicanal3adtica-das-vidas-secas-textura-sc3a3o-paulo-sc3a0o-paulo-v-2-n-2-p-42-47-2002.pdf>
- Rosa, M. D. (2012). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (jul. 2011/jun. 2012). Recuperado de <http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>
- Rosa, M. D.; Estêvão, I. R. & Braga, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicol. Estud.* 22(3), 359-369. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.35354>
- Santos, A. C. P. M. & Cavaletti, D. A. (2017). As crianças no espaço público: refletindo e propondo mudanças. In: M. L. Nascimento & M. A. Gobbi (Orgs.) *Infâncias sul-americanas: crianças nas cidades, políticas e participação*. São Paulo: FEUSP. Recuperado de <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/infanciasok.pdf>
- Sawaia, B. (1999). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia, B. (Org.), *As artimanhas da exclusão*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Siqueira, M. P. S. (2019). Aglomerados periféricos: a expressão da tradicional pobreza e da segregação nas cidades brasileiras. *Fronteiras: Revista de História*, 21(38), 198-222. doi: <https://doi.org/10.30612/frh.v21i38.11481>
- UNICEF. (2020, 28 de maio). Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência durante a pandemia. *Comunicado de imprensa*. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica-durante-pandemia>

Vieira, B. M., Pinhoni, M. & Matarazzo, R. (2020, 10 de setembro). Denúncias de violência contra crianças caem 12% durante a pandemia. *G1 São Paulo*. Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/10/denuncias-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-caem-12percent-no-brasil-durante-a-pandemia.ghtml>

Revisão gramatical: Marísley de Cássia Caixeta Alves
E-mail: marisleyeagle@hotmail.com

Recebido em fevereiro de 2021 – Aceito em outubro de 2021